



Civitas - Revista de Ciências Sociais

ISSN: 1519-6089

ISSN: 1984-7289

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Maglia, Cristiana; Peres, Paulo

Ciência Política na Ufrgs: Formação, evolução e perfil da produção científica

Civitas - Revista de Ciências Sociais, vol. 19, núm. 3, 2019, Setembro-Dezembro, pp. 625-645

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.3.33468>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74262335008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

redalyc.org
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Ciência Política na Ufrgs

Formação, evolução e perfil da produção científica

Political Science at Ufrgs

Formation, evolution, and scientific production

Ciencias Políticas en Ufrgs

Formación, evolución y producción científica

✉ **Cristiana Maglia**¹
✉ **Paulo Peres**¹

Resumo: O objetivo central deste artigo é reconstruir a história do processo de autonomização acadêmica da Ciência Política no Rio Grande do Sul, desde a criação do Programa de Pós-Graduação, em 1973, até o momento atual, a partir da análise descritiva de documentos e de entrevistas com personagens centrais desse processo. Com base nesse material, defendemos o argumento de que houve uma geração de cientistas políticos na Ufrgs que contribuiu para a autonomia acadêmica da disciplina em âmbito regional e nacional e, concomitantemente, foi responsável pela difusão de paradigmas predominantes na Ciência Política norte-americana e europeia. Para evidenciar a adesão aos paradigmas, são analisadas as teses e as dissertações defendidas no período de 1977 a 2016, com base em categorias teórico-metodológicas para a sua classificação.

Palavras-chave: História da Ciência Política. Ciência Política no Brasil. Ciência Política na América Latina.

Abstract: The main goal of this article is to reconstruct the history of academic autonomization process of the Political Science discipline in Rio Grande do Sul, since the foundation of its first Graduate Program until the present, through the descriptive analysis of documents and interviews with essential actors of this process. On this basis, we sustain the argument that there was a generation of political scientists at Ufrgs who has contributed in a significant way to the academic autonomy of the discipline at the regional and national level, and, at the same time, was responsible for the local diffusion of the paradigms prevailing in North American and European Political Science. In order to demonstrate the relative adherence to each paradigm, the theses and dissertations defended in the period from 1977 to 2016 are analyzed, based on theoretical and methodological categories.

Keywords: Political Science History. Brazilian Political Science. Latina American Political Science.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs, Porto Alegre, RS, Brasil).

Resumen: El objetivo principal de este artículo es reconstruir la historia del proceso de autonomía académica de las Ciencias Políticas en Rio Grande do Sul, desde la creación del Programa de Postgrado en 1973 hasta el momento actual, basado en el análisis descriptivo de documentos y entrevistas con personajes centrales de este proceso. Basado en este material, defendemos el argumento de que hubo una generación de científicos políticos de Ufrgs que contribuyeron a la autonomía académica de la disciplina a nivel regional y nacional, y, concomitantemente, fue el responsable de la difusión de los paradigmas predominantes en las Ciencias Política de Estados Unidos y Europa. Para demostrar la adherencia a los paradigmas, se analizan las tesis y disertaciones defendidas en el período de 1977 a 2016, basadas en categorías teóricas y metodológicas, para su clasificación.

Palabras clave: Historia de las Ciencias Políticas. Ciencias Políticas en Brasil. Ciencias Políticas en Latino America.

Introdução

Nosso objetivo neste texto é apresentar uma breve reconstrução histórica do processo de autonomização acadêmica da Ciência Política no Rio Grande do Sul, tendo como foco a análise o Programa de Pós-graduação da Ufrgs. Procuramos mostrar que o seu processo de autonomia acadêmica ocorreu de modo similar ao que caracteriza a evolução da disciplina em diversos países, desde o seu surgimento vinculado inicialmente ao Direito e, depois, às Ciências Sociais, até a sua independência por meio da criação dos programas de pós-graduação na área a partir dos anos de 1960. Procuramos mostrar, também, que esse PPG foi o principal responsável pela difusão regional dos paradigmas predominantes no contexto internacional, em especial, no norte-americano. Desse modo, procuramos contribuir para o preenchimento de uma lacuna nas pesquisas sobre a Ciência Política no Brasil, qual seja o pequeno estoque de estudos de caso que possam subsidiar a formação de uma historiografia mais geral da disciplina (Lessa, 2010).

Obviamente, isso não quer dizer que inexistem estudos que, direta ou indiretamente, abordam aspectos da trajetória da Ciência Política brasileira.¹ Um apanhado geral dessa literatura mostra, por exemplo, que há pesquisadores que, apesar de terem como objeto de análise as Ciências Sociais, abordam algo da história da Ciência Política (Miceli, 1989; 1995; Trindade, 2012; 2007); também há trabalhos que exploram o desenvolvimento da disciplina nos departamentos e nos programas de pós-graduação, embora os casos

¹ Sobre a Ciência Política na própria Ufrgs, há alguns trabalhos produzidos por Trindade (2016, 2004).

analisados sejam quase todos restritos à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) e à Universidade de São Paulo (USP) – é claro que essas experiências são fundamentais, porém, não são as únicas relevantes (Quirino, 1994; Forjaz, 1997; Peixoto, 2001; Almeida, 2001). Mais recentemente, publicaram-se análises sobre o processo de institucionalização acadêmica da disciplina (Avritzer, 2016; Limongi, Almeida e Freitas, 2016; Amorim Neto e Santos, 2015; Leite e Codato, 2013), assim como uma variedade de estudos que se dedicaram à avaliação da sua produção científica, ao balanço da situação acadêmica da área e à discussão acerca dos desafios a serem superados para o seu desenvolvimento mais amplo (Leite, 2010; 2017; Campos Feres Junior; Guarnieri, 2017; Amorim Neto e Santos, 2015; 2005; Marenco, 2014; 2015; Nicolau e Oliveira, 2013; Trindade, 2012; 2007; Soares, 2005; Reis e Araújo, 2005; Almeida, 2001; Vianna *et al.*, 1998; Reis, 1993; Santos, 1980).² Ainda assim, apesar dessa gama variada de estudos, carecemos de uma historiografia da Ciência Política brasileira, o que, em parte, buscamos suprir com o presente estudo.

Em termos metodológicos, nossa análise se concentra exclusivamente no programa de pós-graduação em Ciência Política da Ufrgs porque, além de ser o terceiro mais antigo da área em âmbito nacional, ele foi e ainda é o principal núcleo de formação de professores e de produção científica no estado. Além disso, descartamos a análise de graduações na área porque a Ciência Política brasileira converteu-se em uma disciplina acadêmica autônoma por intermédio da criação dos programas de pós-graduação, ao invés da implantação de cursos de graduação específicos.³

Em termos operacionais, a reconstrução histórica e a análise do perfil da produção acadêmica do caso analisado se apoiam no conceito de paradigma científico (Kuhn, 2005). Fundamentalmente, dois aspectos imbricados nesse conceito balizam nosso estudo: (1) a análise da formação histórica e da evolução da comunidade de cientistas; e (2) a identificação das “soluções-modelo” dos problemas de investigação que estruturaram a produção científica no interior da disciplina. Nossa estudo, portanto, é delimitado apenas à

² Essa agenda de pesquisas sobre o caso brasileiro segue um padrão das investigações sobre a disciplina que vem se estabelecendo nos demais países da América Latina, inclusive com perspectivas teóricas e epistemológicas inovadoras. Para uma avaliação de parte dessa literatura, conferir: Bulcourf, Gutiérrez Márquez e Cardozo (2015).

³ Surgiram duas graduações, uma na Universidade Luterana do Brasil, em 1994, e outra na Unipampa, em 2009. Em 2010, foi criado o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas, e, em 2015, a Capes aprovou seu doutorado, o que fez com que este se tornasse o segundo curso de mestrado e doutorado no Rio Grande do Sul.

aplicação do conceito de paradigma à narrativa histórica extraída do material empírico examinado.⁴ De acordo com a literatura especializada, os principais paradigmas que se desenvolveram na Ciência Política norte-americana foram o antigo institucionalismo, o comportamentalismo e o neoinstitucionalismo (Easton, 1968; 1985; Farr, 1988; 1990; Almond, 1990; 1996; Gooding e Klingemann, 1996; Hall e Taylor, 2003; Dryzek, 2006; March e Olsen, 2008; Peres, 2008; Adcock e Bevir, 2010).

Quanto aos procedimentos da análise, a base empírica do estudo é formada por documentos, entrevistas com personagens centrais e as teses e dissertações defendidas no programa. Para a análise dessas entrevistas, os procedimentos adotados foram os usuais em histórias orais e histórias de vida, por meio de entrevista testemunhal.⁵ No caso dos documentos escritos, foram analisadas as atas de defesas de teses e dissertações; a “Proposta de doutorado em Ciência Política: ênfase em Política Comparada e Integração Latino-Americana”, de 1995; e o processo de credenciamento do doutoramento junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), de 1996. Também foram analisados os Cadernos de Indicadores da Capes, entre os anos de 1998 e 2012, com informações sistematizadas pelo programa, visando à sua avaliação, sobre as suas disciplinas, linhas de pesquisa, produção bibliográfica, programa, produção técnica, trabalhos de conclusão e corpo docente.

O surgimento dependente da Ciência Política no estado

A história da Ciência Política no estado está ligada às ciências humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul⁶, em especial, às Ciências Sociais

⁴ Isso significa que não nos detemos nos conflitos internos à comunidade, envolvendo a competição em torno dos paradigmas; tampouco nos preocupamos com as implicações extra científicas das relações de poder que por ventura se estabelecem entre comunidades científicas diversas, como a que levou ao predomínio da Ciência Política norte-americana na América Latina, inclusive em decorrência da atuação da Fundação Ford na região.

⁵ Dado que a história da Ciência Política no Rio Grande do Sul, especialmente no caso Ufrgs, não está amplamente escrita ou documentada, a única forma possível de acesso a esse tipo de informação foi a entrevista testemunhal (Flick, 2004). Foram entrevistados os seguintes professores: Hélio Henrique Casses Trindade, Maria Izabel Saraiwa Noll, Mercedes Loguerio Cánepa, Francisco Luis dos Santos Ferraz, José Antônio Giusti Tavares, Céli Regina Jardim Pinto e André Luiz Marenco dos Santos.

⁶ A história da Ufrgs tem início com as fundações da Escola de Farmácia e Química, da Escola de Engenharia, da Faculdade de Medicina de Porto Alegre e da Faculdade de Direito, no fim do século 19 e início do século 20. Em 1934, foi criada a Universidade de Porto Alegre, pela integração entre essas instituições, sendo incluídas ainda a Faculdade de Agronomia e Veterinária e a Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Em 1947, a entidade passou a ser denominada Universidade do Rio Grande do Sul (Ufrgs), e, em dezembro de 1950, foi federalizada, passando à esfera administrativa da União e tornando-se a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs).

que, em seu início, vinculavam-se ao Direito. Os seus primeiros professores eram da área jurídica, as primeiras disciplinas eram de Ciências Jurídicas e Sociais, as teorias predominantes eram positivistas e o estilo de reflexão era ensaístico, literário e normativo (Trindade, 2007). Cronologicamente, o seu início remete à data de criação da Faculdade Livre de Direito, em 1900.⁷ Não obstante, assim como ocorreu nos casos de São Paulo e Rio de Janeiro (Lamounier, 1982; Lessa, 2010), a tradição de análise política no Rio Grande do Sul precede as universidades e a autonomia acadêmica da disciplina. Antes mesmo da Ciência Política se tornar parte dos currículos acadêmicos – até porque os cursos superiores da área de humanidades não existiam –, pensadores sociais, muitos dos quais com formação jurídica em outros estados ou fora do País, refletiam criticamente acerca das questões políticas de sua época, principalmente a respeito do modelo institucional e o estado nacional. A centralização da política brasileira, o poder moderador, reformas eleitorais, abolição da escravatura, propriedade fundiária, forças armadas, formas de governo, todos esses temas eram analisados por uma ótica holística, de orientação sociológica ou filosófica que, para além do exercício intelectual, tinham o propósito de causar impacto na agenda política local e nacional.

Joaquim Francisco de Assis Brasil é o mais destacado exemplo de analista político do estado que fazia uma Ciência Política que poderíamos considerar pertencer ao Institucionalismo Antigo/Teoria Política.⁸ No final do século 19, ele trouxe para o debate temas como a representação proporcional e o tamanho dos distritos eleitorais (Assis Brasil, 1893) – em consonância com o debate já existente sobre o sistema eleitoral no País, é claro, mas com contribuições originais, mesmo em relação ao que debatia na Inglaterra e em sintonia com o tipo de análise política que predominava nos Estados Unidos à época.⁹

No Rio Grande do Sul, a tradição jurídica e a política estiveram bastante ligadas – governadores como Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e Osvaldo Aranha eram advogados, graduados em diferentes Universidades brasileiras. No mesmo sentido, a Faculdade de Direito de Porto Alegre também influenciou a política gaúcha e nacional, sendo *alma mater* de personagens como Getúlio Vargas e João Goulart, assim como de outro importante

⁷ Ainda no âmbito das humanidades, em 1909, foi criada a Escola de Comércio de Porto Alegre, que, futuramente, tornar-se-ia a Faculdade de Ciências Econômicas. Também parte desse processo foi a fundação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, em 1936, que viria a ser a Faculdade de Filosofia.

⁸ Uma de suas principais obras, História da República Riograndense, foi impressa em 1882 pelo Club Vinte de Setembro.

⁹ Conforme entrevista concedida por José Antônio Giusti Tavares a Cristiana Maglia e Paulo Sérgio Peres em Porto Alegre no dia 15 de outubro de 2015.

pensador político e defensor do trabalhismo, Alberto Pasqualini, que também se envolveu com a política prática e chegou ao cargo de Senador. Em termos acadêmicos, o estudo da Política nessa Faculdade era abordado nas disciplinas de Teoria Geral do Estado e Direito Público e Constitucional.

O início do afastamento da Ciência Política em relação ao Direito veio somente em 1959, com a criação do curso de Ciências Sociais na já então Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contudo, essa graduação não contemplou suas três áreas tradicionais – Sociologia, Antropologia e Ciência Política – com espaços acadêmicos equivalentes, tampouco conseguiu se distanciar tão rapidamente do Direito e da Filosofia. Enquanto, de uma parte, a Sociologia controlava as Ciências Sociais, de outra, o curso tinha que contar com professores do Direito e da Filosofia. Esse predomínio da abordagem sociológica e de professores de outras áreas deveu-se, principalmente, à falta de pesquisadores graduados em Antropologia e Ciência Política. Ademais, a figura de Laudelino Medeiros, da Faculdade de Filosofia da Ufrgs, e ligado à geração católica gaúcha, foi central na priorização da Teologia, da Sociologia e da Filosofia, em detrimento de temáticas afins à Ciência Política (Monteiro, 2006).

Desse modo, no mesmo momento em que no Rio Grande do Sul persistia a tradição formalista, jurídica e normativa da teoria política, o comportamentalismo começava a se impor como um dos principais paradigmas da Ciência Política norte-americana; enquanto a Ciência Política rio-grandense iniciava o seu gradual afastamento da área de influência do Direito para a Sociologia, a Ciência Política nos Estados Unidos constituía-se cada vez mais nitidamente como uma disciplina acadêmica autônoma. Porém, devido à carência de professores, inclusive de Sociologia, as Ciências Sociais tampouco constituíram-se de maneira plenamente desvinculada do Direito, da Filosofia e da Economia. A primeira cátedra de Sociologia, sob o comando de Medeiros, foi criada na Faculdade de Economia, em 1953, vinculada ao Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (Iepe), que era conectado à área de Sociologia Rural. Assim, para compor o quadro inicial de docentes de Ciências Sociais, Medeiros, como catedrático, convidou professores formados em Direito e Filosofia.

Entretanto, a influente atuação de Medeiros na Faculdade de Filosofia favoreceu a hegemonia da Sociologia no curso de Ciências Sociais, pelo menos até a Reforma do Ensino Superior, em 1968.¹⁰ Esse predomínio indiscutível

¹⁰Conforme entrevistas concedidas a Cristiana Maglia e Paulo Sérgio Peres em Porto Alegre, RS; Maria Izabel Saraiva Noll, em 29 de outubro de 2014; Hélgio Henrique Casses Trindade, em 30 de março de 2015 e Mercedes Loguerio Cánepa, em 8 de abril de 2015.

da Sociologia fazia visível na grade disciplinar, onde também era patente o reduzido espaço atribuído à Ciência Política. O Quadro 1, onde aparece a primeira grade curricular da graduação em Ciências Sociais, explicita essa disparidade.

Quadro 1 – Primeira grade curricular da graduação em Ciências Sociais (1959)

Ano	Disciplina obrigatória
1º	<ul style="list-style-type: none"> • Complementos de Matemática • Sociologia I • Economia Política I • História da Filosofia
2º	<ul style="list-style-type: none"> • Estatística Geral • Sociologia II • Economia Política II • Ética
3º	<ul style="list-style-type: none"> • Sociologia III • História das Doutrinas Econômicas • Política • Antropologia e Etnografia • Estatística Aplicada

Fonte: Monteiro, 2006, p. 128.

Perceba-se que a Sociologia e a Economia tinham espaços equivalentes e que, supreendentemente, havia uma gama considerável de cursos de metodologia, presente nos três anos de formação. Inclusive, previa-se um curso inicial de matemática, provavelmente preparatório para os dois cursos seguintes de Estatística. Em compensação, o espaço da Antropologia era bastante reduzido, com apenas um curso. Igualmente, a Ciência Política estava representada por apenas um curso anual, nomeado genericamente de “Política”, ministrado pelo professor da Faculdade de Direito, Darcy Azambuja, autor de importantes manuais ainda muito utilizados no Direito.¹¹

Em seu início, o departamento de Ciências Sociais era composto pelos professores e padres Arthur Blásio Rambo e Ignácio Schmitz, da área da Antropologia e voltados ao estudo físico ou arqueologia; José Grijó e Herbert Calhau, da área de Matemática e Estatística; e Alberto Cibils, João Guilherme

¹¹ Tais como Teoria Geral do Estado (1943) e Introdução à Ciência Política (1967). Azambuja pesquisou temas de intersecção entre as Ciências Jurídicas e Sociais, como a noção de estado, sua origem e objetivos, a formação de soberania, formas de governo, entre diversos outros aspectos relacionados ao direito constitucional. Sua Ciência Política era a ciência do estado.

de Souza, Laudelino Medeiros, Ivan Osório, Carlos Furtado, da Sociologia.¹² A área da Ciência Política contava com apenas um professor, Leônidas Rangel Xausa. Assistente de cátedra de Azambuja, a partir de 1961, Xausa passou a ministrar a disciplina na Faculdade de Filosofia, enquanto o seu mentor se manteve na Faculdade de Direito, como professor de Teoria Geral do Estado. Em realidade, Xausa é considerado o fundador da Ciência Política como uma disciplina acadêmica autônoma no Rio Grande do Sul (Trindade, 2004). Isso foi possível porque ele tinha formação específica na área, o que lhe permitia escapar do viés do Direito e, ao mesmo tempo, colocar em xeque a hegemonia da Sociologia na análise política.

Graduado em Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Xausa prosseguiu a sua formação em Ciência Política na pós-graduação em Direito Público e Ciência de Governo da Universidade de Colúmbia, em 1960. Em Nova York, Xausa frequentou cursos de teoria política que tratavam de temas relacionados com pesquisas empíricas e problemas políticos atuais, conforme as abordagens comportamentalistas que proliferavam na Ciência Política norte-americana daquele período.¹³ Xausa estudou obras que se tornaram clássicas, como *The Civic Culture*, de Gabriel Almond e Sidney Verba, *Political Man*, de Seymour Lipset, *American Voter*, de Angus Campbell, Warren Muller *et al.*, além das obras de David Easton, Anthony Downs, entre outros.¹⁴ Desse modo, Xausa agregou os elementos do paradigma comportamentalista à sua formação jurídico-institucionalista, característica do institucionalismo antigo que compreendia a teoria política filosófica e normativa. Com isso, os seus interesses se voltaram para o tema do desenvolvimento político, da cultura política, da análise de sistemas e para a metodologia do *survey* aplicada aos estudos eleitorais.

Além disso, ele tinha experiência na política prática, o que o incentivou a lidar com problemas concretos a partir de uma perspectiva empírica. Xausa iniciou a sua carreira pública em 1955, como suplente na Câmara Municipal de Porto Alegre, pelo Partido Democrata Cristão. Em 1959, elegeu-se vereador, sendo líder do governo até 1961. Essa dupla vocação redundou na sua dificuldade para desvincilar o político do professor, e vice-versa, pois “a política e a academia tornaram-se indissociáveis” (Trindade, 2004, p. 543).

¹²Conforme entrevista concedida por Hélgio Henrique Casses Trindade a Cristiana Maglia e Paulo Sérgio Peres, em Porto Alegre, RS, no dia 30 de março de 2015.

¹³Conforme entrevista concedida por Hélgio Henrique Casses Trindade a Cristiana Maglia e Paulo Sérgio Peres em Porto Alegre, RS, no dia 30 de março de 2015.

¹⁴Conforme entrevista concedida por Francisco Luis dos Santos Ferraz a Cristiana Maglia e Paulo Sérgio Peres, em Porto Alegre, RS, no dia 16 de setembro de 2015.

Essa duplidade político-professor, levou-o a se envolver na disputa final travada entre positivistas e católicos pelo controle das principais posições nas áreas de Direito, Filosofia e Economia na Ufrgs. O positivismo, bastante forte no estado, especialmente pela atuação de Júlio de Castilhos, esteve presente na fundação dos cursos de Direitos, Filosofia e Engenharia. Católicos ligados ao pensamento progressista, por sua vez, investiram em um embate que visava à conquista de posições acadêmicas dentro da Universidade e, consequentemente, pelas diretrizes disciplinares. Xausa cerrou fileiras com os católicos progressistas e permaneceu como a grande figura das Ciências Sociais na época.¹⁵

Em 1966, José Antônio Giusti Tavares, professor da Unisinos, foi convidado por Xausa para ser professor assistente na Ufrgs, o que permitiria dobrar o número de professores da área de Ciência Política. A partir de então, duas disciplinas anuais começaram a ser ofertadas na área: Teoria Política Clássica, dos gregos aos contratualistas, e alguns autores do século 11, e Teoria Política Contemporânea, abarcando o século 20 e os grandes movimentos como o marxismo, o leninismo e o fascismo. Já nessa época, os estudantes Hélio Trindade e Francisco Ferraz, membros do movimento estudantil gaúcho, foram absorvidos como colaboradores na área de Política. Com isso, a partir de 1966, a Ciência Política da Ufrgs contava com quatro membros. Paulatinamente, a Ciência Política conquistava espaço dentro da graduação em Ciências Sociais, aumentando a sua oferta de cursos na grade curricular e também o seu quadro de professores.

A autonomização da disciplina

Um salto importante no processo de autonomização foi dado pela reforma universitária de 1968¹⁶, quando então foi possível igualar o peso das três matrizes disciplinares básicas das Ciências Sociais por meio de sua departamentalização, e pelo incentivo à criação de seminários optativos. Além disso, contribuiu para a institucionalização acadêmica da Ciência Política no estado as atividades de pesquisa financiadas pelo convênio com a Fundação Ford, assinado em 1967, com a intermediação de Xausa. O acordo previa apoio financeiro para pesquisas ao longo de cinco anos, abrangendo-se a concessão

¹⁵ Conforme entrevistas concedidas a Cristiana Maglia e Paulo Sérgio Peres em Porto Alegre, RS: Hélio Henrique Casses Trindade em 30 de março de 2015; Célio Regina Jardim Pinto em 2 de junho de 2015 e Mercedes Loguerio Canepe, em 8 de abril de 2015.

¹⁶ A reforma modificou as regras utilizadas nas Universidades Federais ao buscar conectar pesquisa e ensino, com o fim as cátedras, a introdução dos departamentos, institucionalizando a carreira acadêmica e acoplando a progressão docente à titulação acadêmica.

de bolsas para cursos nos Estados Unidos e em outros lugares do País. No âmbito desse convênio, Francisco Ferraz fez especialização em Princeton e Giusti Tavares fez mestrado na Universidade Federal de Minas Gerais. A parceria também viabilizou a criação de um acervo bibliográfico de Ciência Política e Sociologia, com exemplares que ainda fazem parte da Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades da Ufrgs.

Bastante atuante no contexto da Guerra Fria em prol dos interesses da política externa norte-americana, a Fundação Ford investiu pesado na criação de laços com os países latino-americanos, especialmente na área acadêmica, procurando aumentar a sua influência em um continente que até então estava cultural e intelectualmente mais próximo da Europa. Mesmo no território europeu, houve intensa atuação da Fundação Ford, responsável pelo financiamento de congressos, revistas específicas, bibliotecas, centros de pesquisa e projetos de investigação, em especial estudos comparados.¹⁷ Pode-se dizer que, de fato, a Ford foi central no processo de autonomização acadêmica da Ciência Política brasileira e, em virtude disso, exerceu influência no viés teórico e metodológico que a disciplina passou a adotar cada vez mais largamente, ou seja, a abordagem comportamentalista com o foco voltado principalmente às pesquisas sobre eleições.

No caso do Rio Grande do Sul, apesar dos valores destinados à Ciência Política da Ufrgs serem menores do que os destinados aos outros centros, diversos projetos puderam ser realizados, tais como as pesquisas sobre o “Comportamento político em Ijuí” e o “Comportamento político em Porto Alegre”. Coordenados por Hélgio Trindade, entre 1969 e 1970, esses projetos consistiram na realização de *surveys* (Trindade, 1971), a metodologia por excelência das pesquisas comportamentalistas – inclusive, esse estudo acabou sendo o segundo *survey* acadêmico realizado pela Ciência Política brasileira.¹⁸ O desenho da pesquisa foi elaborado por Xausa, que se concentrou em quatro variáveis principais: politização, legitimidade, eficácia e participação.¹⁹ Outro resultado do convênio com a Ford foi a pesquisa “Comportamento político no Rio Grande do Sul e banco de dados eleitorais”, iniciada em 1967, organizando informações desde 1945 sobre as eleições e os perfis socioeconômicos no estado. Nesse projeto, buscava-se definir, a partir de dados municipais, a

¹⁷ Os valores distribuídos pela Ford, naquele período, estão em Miceli (1989).

¹⁸ Conforme entrevista concedida por Maria Izabel Saraiva Noll, a Cristiana Maglia e Paulo Sérgio Peres, em Porto Alegre, RS, no dia 29 de outubro de 2014.

¹⁹ Conforme entrevista concedida por Mercedes Loguercio Cánepa, a Cristiana Maglia e Paulo Sérgio Peres, em Porto Alegre, RS, no dia 8 de abril de 2015.

correlação entre variáveis de nível macro – como renda, industrialização e urbanização – e a adesão aos partidos políticos.

Com a aposentadoria compulsória de Xausa, em 1968, depois do AI-5, seus três sucessores, Giusti Tavares, Hélio Trindade e Francisco Ferraz deram continuidade às pesquisas conveniadas com a Ford. Dali por diante, eles também seriam os responsáveis pela continuidade da construção da autonomia acadêmica da Ciência Política no Rio Grande do Sul, especialmente, por meio da formação de novos cientistas políticos e pela difusão dos paradigmas predominantes nos Estados Unidos e, em alguma medida, na Europa.

Trindade teve a sua formação na França, com especialização na Seção Política e Social do *Institut d'Études Politiques*, da *Sciences-Po*, de 1965 a 1967, e doutoramento em Estudos Políticos na *Université Paris 1, Panthéon-Sorbonne*, de 1967 a 1971. Desse modo, trouxe para a Ufrgs a abordagem da Geografia Política, ou ecológica, praticada por Jean Rangé e Georges Lavau. Esses professores visitaram a Ufrgs e tiveram ali uma de suas primeiras experiências com *surveys* – na França daquele período, as pesquisas sobre comportamento político não possuíam a mesma sofisticação metodológica que já caracterizava os estudos norte-americanos.²⁰ Enquanto os franceses utilizam enquetes e dados agregados, de órgãos governamentais, sobre política em geral, a abordagem utilizada nas pesquisas gaúchas estava mais próxima da americana, de construção de variáveis baseadas em perguntas específicas destinadas à explicação do comportamento político no nível individual.

No caso de Ferraz, após a sua experiência nos Estados Unidos, ele se tornou professor no departamento de Ciências Sociais da Ufrgs, na década de 1970. Sua pesquisa na Universidade de Princeton, onde realizou especialização entre os anos de 1967 e 1970, obtendo o aceite para a candidatura à defesa do doutorado, era orientada pelo professor Harry Eckstein, e versava sobre a utilização do conceito de democracia estável no Brasil. Bastante conectado com o paradigma comportamentalista, a sua intenção era compreender como os valores políticos e sociais estão correlacionados no contexto brasileiro, onde prevalecem certos padrões de autoridade mais forte e personalista.²¹ Enquanto professor de política, e com título acadêmico na disciplina, Ferraz foi eleito, em 1971, representante da área de Ciências Humanas na Câmara Especial de Pesquisa da Ufrgs. Nesse espaço institucional, de acordo com entrevista concedida aos autores, ele começou a pavimentar

²⁰Conforme entrevista concedida por Hélio Henrique Casses Trindade a Cristiana Maglia e Paulo Sérgio Peres em Porto Alegre, RS, no dia 30 de março de 2015.

²¹Conforme entrevista concedida por Francisco Luis dos Santos Ferraz a Cristiana Maglia e Paulo Sérgio Peres, em Porto Alegre, RS, no dia 16 de setembro de 2015.

[...] os caminhos para criar um curso de pós-graduação, porque, com isso, seria possível trazer dinheiro para comprar livro, para conseguir bolsas, para entrar na pós-graduação, para conseguir verbas para a área de Ciências Humanas, e, dentro dela, a de Ciência Política (informação verbal).²²

Ferraz aglutinou professores das mais diversas áreas para formar o corpo docente e, assim, logrou obter, junto à Câmara de Pesquisa, a aprovação para a criação do Programa de Mestrado em Sociologia e Política. Para tanto, ainda contou com o decisivo apoio de João Guilherme, professor da Sociologia e um dos responsáveis pela consolidação do curso de Ciências Sociais. Paralelamente, ele teve que confrontar Laudelino Medeiros, interessado em manter apenas o PPG em Sociologia Rural e Industrial, ligado ao Iepe.²³ Criado o mestrado, o próximo desafio seria qualificar o corpo docente com vistas à instituição de um futuro curso de doutorado. Contudo, naquele momento, a Ciência Política já possuía mais professores com titulação do que a Sociologia – Hélgio Trindade tinha doutorado, Giusti Tavares, mestrado, e Francisco Ferraz, especialização com *status* de mestrado.²⁴

Sem dúvida, a fundação do PPG foi uma etapa do desenvolvimento do trabalho de um grupo de pesquisadores e docentes da Ufrgs muito atuante, que teve que superar uma série de obstáculos para formar a área na Universidade e no estado. Essa geração pretendia não apenas institucionalizar a Ciência Política na Ufrgs, mas expandir a disciplina no Rio Grande do Sul e contribuir para a sua estruturação no País. O seu projeto continha, ainda, o propósito de promover o pluralismo acadêmico no Brasil, mediante a criação de um programa de pós-graduação exógeno ao eixo Rio/Minas/São Paulo (Ufrgs, 1995; 1996). Com tais metas, o curso de Pós-graduação em Ciência Política da Ufrgs seria o terceiro a ser instituído no Brasil e, portanto, foi um dos pioneiros da área e um dos primeiros a surgirem no estado, considerando-se todas as áreas. Com amplo intercâmbio acadêmico, nacional e internacional, as visões teóricas e metodológicas que esses professores absorveram em sua formação, e que depois atuaram para difundi-las, contribuíram para a formação de uma comunidade de cientistas políticos na região e no País. Todo esse processo se deu em torno do Programa de Pós-graduação.

²²Conforme entrevista concedida por Francisco Luis dos Santos Ferraz a Cristiana Maglia e Paulo Sérgio Peres, em Porto Alegre, RS, no dia 16 de setembro de 2015.

²³Conforme entrevista concedida por Mercedes Loguercio Cánepa, a Cristiana Maglia e Paulo Sérgio Peres, em Porto Alegre, RS, no dia 8 de abril de 2015.

²⁴Conforme entrevista concedida por Hélgio Henrique Casse Trindade a Cristiana Maglia e Paulo Sérgio Peres em Porto Alegre, RS, no dia 30 de março de 2015.

Dentre outros fatores, a consolidação do programa foi favorecida pela continuidade dos financiamentos à pesquisa concedidos pela Fundação Ford. Esse foi o caso do projeto comparativo “Comportamento político-eleitoral nas eleições municipais de 1976”, que contou com um convênio entre a Ford, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Participavam desse projeto o PPG de Ciência Política Ufrgs, o Instituto de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos (Iesp/UFSC), o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), o Iuperj e o departamento de Ciência Política da UFMG. Foram aplicados questionários em uma amostra da população de cidades importantes do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro – respectivamente Caxias do Sul, Presidente Prudente, Juiz de Fora e Niterói. Os resultados foram publicados em dois livros que se tornariam referências nacionais nos estudos eleitorais sobre o período autoritário: “Os partidos e as eleições”, de 1975, organizado por Bolívar Lamounier e Fernando Henrique Cardoso, e “Os partidos e o regime”, de 1978, organizado por Fábio Wanderley Reis.

Outro aspecto importante do processo de consolidação do Programa de Pós-Graduação foi a criação de núcleos de pesquisa. Em 1979, foi criado o Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense (Nupergs)²⁵, como resultado da atuação de Hélgio Trindade, que à época era coordenador do Programa. Ao Nupergs foi incorporado o acervo gerado pelas pesquisas sobre eleições e comportamento político, bem como arquivos do Tribunal Regional Eleitoral. Outro acervo acolhido pelo Nupergs, relacionado com uma de suas linhas de investigação, era composto por informações sobre líderes da política gaúcha, como Assis Brasil, Flores da Cunha e Raul Pilla.²⁶ Na década de 1980, à sigla Nupergs foi adicionado o termo Consul, em decorrência das linhas de pesquisas desenvolvidas dentro do Núcleo sobre política comparada dos países do Cone Sul (Nupergs, 2015). Com isso, o Núcleo procurava ampliar sua abrangência para outros países da região, em um processo de internacionalização da Ciência Política da Ufrgs e em sintonia com a situação fronteiriça do estado.

Em 1988, os esforços de aproximação com os países vizinhos foram aprofundados em virtude da criação do Núcleo de Pesquisa sobre a América

²⁵No mesmo ano, a área de Antropologia Social foi integrada ao curso de pós-graduação. Em dezembro de 1985, o curso de pós-graduação foi desmembrado em três programas: mestrado em Antropologia Social, em Ciência Política e em Sociologia, conforme parecer 314/85, da Câmara Especial de Pós-Graduação e Pesquisa (Ufrgs, 1995, 1996).

²⁶Conforme entrevista concedida por Hélgio Henrique Casse Trindade a Cristiana Maglia e Paulo Sérgio Peres em Porto Alegre, RS, no dia 30 de março de 2015.

Latina (Nupesal), pelo professor Marcello Baquero, um dos mais antigos membros do programa de pós-graduação. Fortemente influenciado pelos estudos de cultura política, as pesquisas do núcleo se caracterizaram pelo uso de técnicas quantitativas baseadas em amostras aleatórias e testes estatísticos. Baquero teve a sua formação nos Estados Unidos, onde recebeu treinamento metodológico e teórico nos moldes do comportamentalismo; desse modo, a sua vinda para a Ufrgs, na década de 1980, após seu doutoramento na Universidade Estadual da Flórida, concluído em 1979, trouxe as abordagens quantitativas mais utilizadas naquele período²⁷, resultando na formação de vários mestres e doutores adeptos do paradigma comportamentalista em sua vertente focada na cultura política.

Aproveitando-se dessa proximidade com os países da região, o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Ufrgs propôs a implantação do curso de doutorado, com ênfase em Política Comparada e Integração Latino-americana, com início previsto para 1996. Esse foi o terceiro doutorado na área implementado no Brasil, pouco depois dos que foram criados na USP e no Iuperj, em 1974 e 1980 respectivamente. Com o surgimento do Programa de Doutorado, consolidava-se o processo de autonomia acadêmica da Ciência Política no Rio Grande do Sul, com a institucionalização de um polo difusor dos principais paradigmas internacionais no estado e de formação de quadros profissionais para atuar na disciplina. Nos últimos anos, com a aposentadoria de vários professores antigos, inclusive alguns dos fundadores do departamento e do programa de pós-graduação, vem ocorrendo uma mudança geracional no PPG, o que se reflete na reconfiguração de suas linhas de pesquisa, como mostra o Gráfico 1. Em meio às variações, podemos identificar a incidência de temas que gravitam ao redor dos principais paradigmas da Ciência Política internacional, com a incorporação mais recente de uma linha de pesquisas sobre política internacional e outra que inclui estudos sobre gênero e diversidade, evidenciando um aumento do seu pluralismo temático.

Por outro lado, esse processo trouxe o paradoxo da autonomia “dependente” da Ciência Política; ou seja, ao mesmo tempo em que se tornou academicamente independente das demais Ciências Sociais, a Ciência Política tornou-se mais dependente do modelo de produção científica norte-americano, especialmente em relação às abordagens e problemas considerados dignos de serem investigados e publicados nas revistas mais prestigiosas. Esse é um tema crucial porque tal dinâmica não se restringe à Ciência Política do Rio Grande

²⁷Conforme entrevista concedida por Marcello C. Baquero a Hélgio Henrique Casse Trindade em Porto Alegre, RS, 2006.

do Sul, mas à América Latina como um todo. Alguns pesquisadores se dedicam a analisar, criticamente, esse problema, porém, suas objeções ainda não foram suficientes para estabelecer um caminho alternativo à americanização da Ciência Política enquanto uma profissão e uma disciplina acadêmica.

Gráfico 1 – Evolução das linhas de pesquisa do PPG em Ciência Política da Ufrgs (1977-2012)



Fonte: Cadernos de indicadores da Capes (1998-2012) e Plataforma Sucupira.

Considerações finais

Seeley (1896), dizia que a História sem a Ciência Política não tem alma e a Ciência Política sem a História não tem raiz. Pode-se dizer, como complemento, que, sem o conhecimento de sua história, a Ciência Política será praticada sem alma e sem raiz. O desafio que se coloca, portanto, é o da construção de uma agenda de pesquisas sobre a história da Ciência Política no Brasil a partir de suas diversas histórias pessoais, estaduais, regionais, de linhas de pesquisa etc. Uma história que dê destaque às diversas contribuições individuais, departamentais e de programas de pós-graduação no processo de autonomia e consolidação acadêmicas da disciplina no País. Enfim, a Ciência Política brasileira precisa de sua historiografia. Procuramos aqui dar uma pequena contribuição inicial a esse projeto.

Nosso objetivo foi mostrar que a Ciência Política no Rio Grande do Sul teve uma história mais ou menos similar ao que ocorreu com a disciplina em outros países, inclusive nos Estados Unidos e na Europa. O seu surgimento está diretamente associado à Filosofia Política e se estendeu para o Direito. Como disciplina acadêmica, a Ciência Política emerge como uma das cadeiras dos cursos jurídicos e assim permanece até que, no caso brasileiro, passa a fazer parte do curso interdisciplinar de Ciências Sociais, mas quase sempre com um espaço bastante reduzido em comparação com a Sociologia. A sua autonomia acadêmica somente seria alcançada a partir da criação Programas de Pós-Graduação e seria consolidada no País nos últimos anos, quando houve um aumento exponencial de novos mestradinhos e doutorados. No Rio Grande do Sul, o PPG em Ciência Política, da Ufrgs, fez parte dessa história mais geral de construção acadêmica da área no País ao formar quadros que viriam a ocupar posições institucionais em outras instituições de ensino no Brasil e no exterior. O Programa também contribuiu para a difusão dos principais paradigmas na região, como evidencia o histórico de suas linhas de pesquisa.

Referências

ADCOCK, Robert; BEVIR, Mark. Political science. In: BACKHAOUSE, Roger E.; FONTAINE, Philippe (org.). *The history of the social sciences since 1945*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 71-101. <https://doi.org/10.1017/cbo9780511845260.006>

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Ciência política no Brasil: avanços e desafios. In: MARTINS, Carlos Benedito (org.). *Para onde vai a pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil*. Bauru: Edusc/Anpocs, 2001. p. 105-121. <https://doi.org/10.1590/2238-38752011v1111>

ALMOND, Gabriel A. *Discipline divided: schools and sects in Political Science*. London: Sage, 1990.

AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. La ciencia política en Brasil: el desafío de la expansión. *Revista de Ciencia Política*, Santiago, v. 25, n. 1, p. 101-110, 2005. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-090X2005000100007. Acesso em: 16 out. 2019. <https://doi.org/10.4067/s0718-090x2005000100007>

AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. La ciencia política en Brasil en la última década: la nacionalización y la lenta superación del parroquialismo. *Revista de Ciencia Política*, Santiago, v. 35, n. 1, p. 19-31, 2015. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0718-090X201500010002&tlang=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 out. 2019. <https://doi.org/10.4067/s0718-090x2015000100002>

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *Democracia representativa: do voto e do ato de votar*. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger e Filhos, 1893.

AVRITZER, Leonardo. O papel do pluralismo na formação e consolidação da ciência política no Brasil. In: AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos; BRAGA, Maria do Socorro (org.). *A ciência política no Brasil: 1960-2015*. Rio de Janeiro: FGV, 2016. p. 165-183. <https://doi.org/10.1590/0103-335220192908>

BULCOURF, Pablo; GUTIÉRREZ MÁRQUEZ, Enrique; CARDOZO, Nelson. Historia y desarrollo de la ciencia política en América Latina: reflexiones sobre la constitución del campo de estudios. *Revista de Ciencia Política*, Santiago, v. 35, n. 1, p. 179-199, 2015. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-090X2015000100009. Acesso em: 16 out. 2019. <https://doi.org/10.4067/s0718-090x2015000100009>

CAMPOS, Luiz Augusto; FERES JUNIOR, João; GUARNIERI, Fernando. 50 anos da Revista Dados: uma análise bibliométrica do seu perfil disciplinar e temático. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 60, n. 3, p. 623-661, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582017000300623&script=sci_abstract&tlang=pt. Acesso em: 16 out. 2019. <https://doi.org/10.1590/001152582017131>

DRYZEK, John S. Revolutions without enemies: key transformations in political science. *American Political Science Review*, Baltimore, v. 100, n. 4, p. 487-492, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0003055406062332>. Acesso em: 16 out. 2019.

EASTON, David. Political science in the United States: past and present. *International Political Science Review*, Guildford, v. 6, n. 1, p. 133-152, 1985. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1600975>. Acesso em: 16 out. 2019. <https://doi.org/10.1177/019251218500600113>

EASTON, David. *Uma teoria de análise política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FARR, James. Francis Lieber and the interpretation of American political science. *The Journal of Politics*, [s. l.]. v. 52, n. 4, p. 1027-1049, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2131681>. Acesso em: 16 out. 2019.

FARR, James. The history of political science. *American Journal of Political Science*, Austin, v. 32, n. 4, p. 1175-1195, 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2111205>. Acesso em: 16 out. 2019.

FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 35, p. 1-22, 1997. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091997000300007>. Acesso em: 16 out. 2019.

GOODING, Robert E.; KLINGEMANN, Hans-Dieter. Political science: the discipline. In: GOODING, Robert; KLINGEMANN, Hans-Dieter (org.). *A new handbook of political science*. Oxford: Oxford University Press, 1996. p. 3-49. <https://doi.org/10.1017/s0048840200028999>

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 58, p. 193-223, 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452003000100010>. Acesso em: 16 out. 2019.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. Lisboa: Guerra e Paz, 2005.

LAMOUNIER, Bolívar. A ciência política no Brasil: roteiro para um balanço crítico. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.). *A ciência política nos anos 80*. Brasília: UnB, 1982. p. 407-433.

LEITE, Fernando. Posições e divisões na Ciência Política brasileira contemporânea: explicando sua produção acadêmica. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 37, p. 149-182, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000300011>. Acesso em: 16 out. 2019.

LEITE, Fernando. Tradições intelectuais na ciência política brasileira contemporânea. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 60, n. 3, p. 751-791, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/001152582017134>. Acesso em: 16 out. 2019.

LEITE, Fernando; CODATO, Adriano. Autonomização e institucionalização da ciência política brasileira: o papel do sistema Qualis-Capes. *Agenda Política*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-21, 2013. Disponível em: <http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/10/8>. Acesso em: 16 out. 2019.

LESSA, Renato. O campo da ciência política no Brasil: uma aproximação construtivista. In: Martins, Carlos Benedito (org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: Ciência Política*. São Paulo: Anpocs, 2010. p. 13-50. <https://doi.org/10.1590/2238-38752011v1111>

LIMONGI, Fernando; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares; FREITAS, Andrea. Da sociologia ao (neo)institucionalismo: 30 anos que mudaram a ciência política no Brasil. In: AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos; BRAGA, Maria do Socorro (org.). *A ciência política no Brasil: 1960-2015*. Rio de Janeiro: FGV, 2016. p. 61-91. <https://doi.org/10.1590/0103-335220192908>

MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. Neo-Institucionalismo: fatores organizacionais na vida política. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 16, n. 31, p. 121-142, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782008000200010>. Acesso em: 16 out. 2019.

MARENCO, André. The three Achilles' heels of Brazilian political science. *Brazilian Political Science Review*, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 3-38, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-38212014000100019>. Acesso em: 16 out. 2019.

MARENCO, André. When institutions matter: Capes and political science in Brazil. *Revista de Ciencia Política*, Santiago, v. 35, n. 1, p. 33-46, 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32439319003>. Acesso em: 16 out. 2019.

MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: IDESP, 1989. v. 1.

MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, Fapesp, 1995. v. 2.

MONTEIRO, Lorena Madruga. *A estratégia dos católicos na conquista da Sociologia na UFRGS (1940-1970)*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

NICOLAU, Jairo; OLIVEIRA, Lilian. A produção da Ciência Política brasileira: uma análise dos artigos acadêmicos. In: Encontro anual da Anpocs, 37, 2013, Águas de Lindóia. *Anais [...]*. Águas de Lindóia: ANPOCS, 2013.

NUPERGS. [Site]. Porto Alegre: UFRGS, [2019]. Disponível em: www.ufrgs.br/nupergs. Acesso em: 16 out. 2019.

PEIXOTO, Fernanda Arêas. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960). In: MICELLI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 2001. v. 1, p. 477-531.

PERES, Paulo Sérgio. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 68, p. 53-72, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092008000300005>. Acesso em: 16 out. 2019.

QUIRINO, Célia. Departamento de ciência política. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 337-348, 1994. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141994000300043>. Acesso em: 16 out. 2019.

REIS, Bruno. P. W.; ARAÚJO, Cícero. A formação do pós-graduando em ciência política. In: MARTINS, Carlos Benedito (org.). *Para onde vai a pós-graduação em ciências sociais no Brasil*. Bauru: EDUSC, 2005. p. 51-72.

REIS, Elisa Pereira. A construção intelectual e a política das ciências sociais brasileiras: a experiência do IUPERJ. In: MICELLI, Sergio (org.). *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 1993. p. 114-129.

SANTOS, Wanderley Guilherme. A ciência política na América Latina. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 15-20, 1980.

SEELEY, John Robert. *Introduction to political science*. London: Macmillan, 1896.

SOARES, G. A. D. O calcanhar metodológico da Ciência Política no Brasil. In: MARTINS, Carlos Benedito (org.). *Para onde vai a pós-graduação em ciências sociais no Brasil*. Bauru: EDUSC, 2005. p. 73-104.

TRINDADE, Hélio H. C. A ciência política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): etapa fundacional e de inserção nacional (1968-1980). In: AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos; BRAGA, Maria do Socorro (org.). *A ciência política no Brasil: 1960-2015*. Rio de Janeiro: FGV, 2016. p. 93-122.

TRINDADE, Hélio H. C. *Ciências sociais no Brasil: diálogos com mestres e discípulos*. Brasília: Lieber Livro, 2012.

TRINDADE, Hélio H. C. Ciências sociais no Brasil em perspectiva: fundação, consolidação e expansão. In: TRINDADE, Hélio H. C. (org.). *As ciências sociais na América Latina em perspectiva comparada (1930-2005)*. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 71-169.

TRINDADE, Hélio Henrique C. O político e o professor. In: TRINDADE, Hélio H. C.; LEITE, Luiz Osvaldo (org.). *Leônidas Xausa*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 539-567.

TRINDADE, Hélio Henrique C. Participação político-social ao nível local. *Dados*, Rio de Janeiro, n. 8, 1971.

UFRGS. Processo de credenciamento do curso de pós-graduação em Ciência política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul junto à Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

UFRGS. *Proposta de doutorado em ciência política: ênfase em política comparada e integração Latino-Americana*. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

VIANNA, Luiz Werneck *et al.* Doutores e teses em ciências sociais. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, 1998. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581998000300001>. Acesso em: 16 out. 2019.

Recebido em: 28/2/2019.

Aprovado em: 19/7/2019.

Publicado em: 15/12/2019.

Autora correspondente:

Cristiana Maglia

Av. Bento Gonçalves, 9500

Prédio 43322 (IFCH), sala 224

91509-900, Porto Alegre, RS, Brasil

CRISTIANA MAGLIA <cris.maglia@gmail.com>

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs, Porto Alegre, RS, Brasil).

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-6087-8478>

PAULO SERGIO PERES <peres.ps@gmail.com>

Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil). Professor do departamento de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs, Porto Alegre, RS, Brasil).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3880-4261>